

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 162/2026**

Processo nº 2026-29

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular, incluindo o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, disponibilização de plataforma web, suporte técnico contínuo e emissão de relatórios gerenciais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD. MÍN. MENSAL	QTD. MÁX. MENSAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$	MESES	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL MENSAL ANUAL R\$
1	Serviço de rastreamento e monitoramento veicular para a frota do TJAC	UND	50	100	R\$157,50	12	R\$15.750,00	R\$ 189.00,00

1.2. Em relação aos Equipamentos: Deverá ser assegurado o fornecimento de dispositivos de rastreamento e transmissão de dados (módulos GPS/GPRS/GSM) em regime de comodato, compatíveis com os diversos modelos de veículos que compõem a frota do TJAC [D41539]. A instalação inicial, a configuração, a manutenção corretiva e preventiva, e a eventual substituição dos equipamentos por obsolescência ou defeito deverão ser de responsabilidade integral da contratada, sem ônus adicional para o Tribunal.

1.3. Sobre a Plataforma de Monitoramento: Será exigida a disponibilização de acesso a uma plataforma web, segura, estável e com alta disponibilidade, que permita o monitoramento em tempo real de toda a frota. O acesso deverá ser multiusuário, permitindo que diferentes gestores designados pelo TJAC possam operar o sistema simultaneamente. A plataforma deverá, obrigatoriamente, permitir a visualização da frota em mapas digitalizados, a consulta de histórico de posições por, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, e a emissão de relatórios gerenciais customizáveis, abrangendo informações como rotas percorridas, velocidade, paradas, consumo estimado de combustível e odômetro virtual.

1.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

**Órgão Gerenciador: Tribunal de Justiça do Estado do Acre**

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA MENSAL	REQUISIÇÃO MÁXIMA MENSAL	QUANTIDADE TOTAL ANUAL
1	Serviço de rastreamento e monitoramento veicular para a frota do TJAC	Unidade	50	100	1200

1.4.1. **Justificativa dos quantitativos:** A contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, o que confere flexibilidade à gestão da frota. A quantidade máxima de **100 (cem) unidades mensais** foi estimada com base na frota ativa atual de **71 (setenta e um) veículos**, conforme detalhado no documento [D41539], acrescida de uma margem de segurança estratégica para cobrir futuras e prováveis necessidades, como a incorporação de veículos novos, a substituição da frota ou a inclusão de veículos locados,

conforme amplamente justificado no Estudo Técnico Preliminar [H32449] e no Despacho SEINF [H31189]. A requisição mínima de **50 (cinquenta) unidades** permite a adequação da demanda a eventuais reduções da frota, como no caso de desfazimento de veículos por leilão, garantindo que a Administração contrate e pague estritamente pelo serviço utilizado, em total conformidade com os princípios da economicidade e eficiência. A quantidade total registrada (1.200) representa a estimativa máxima de consumo para o período de 12 (doze) meses, conferindo à gestão contratual a flexibilidade necessária para atender às variações da frota de forma ágil e desburocratizada.

1.5. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 49/2026 [H32449], uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o que viabiliza a seleção do fornecedor por meio de pregão eletrônico.

1.6. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem ou serviço de luxo**, conforme os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, tratando-se de ferramenta essencial para o controle, a segurança e a eficiência na gestão do patrimônio público.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por sucessivos períodos até o limite de **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação para a Administração.

1.7.1. O fornecimento do serviço é enquadrado como **continuado**, tendo em vista que se destina à manutenção da atividade administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, decorrente de uma necessidade permanente e ininterrupta de gestão, controle, segurança e otimização do uso da frota de veículos oficiais. A vigência plurianual, nesse contexto, mostra-se manifestamente mais vantajosa por assegurar a continuidade de uma solução integrada, evitar a repetição de processos licitatórios e promover a eficiência administrativa e a economia de escala, conforme detalhado e justificado no Estudo Técnico Preliminar nº 49/2026 [H32449].

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A **Fundamentação da Contratação** e de seus quantitativos, que demonstram a imprescindibilidade do serviço para o aprimoramento da gestão da frota, a mitigação de riscos, o aumento da transparência e a otimização dos recursos públicos, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 49/2026 [H32449]**, documento que constitui apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual de 2026**, em total alinhamento com o planejamento institucional deste Tribunal, conforme detalhamento a seguir, extraído do Estudo Técnico Preliminar [H32449]:

2.2.1. **ID PCA no PNCP:** 04034872000121-0-000001/2026;

2.2.2. **Data de publicação no PNCP:** 04/02/2026;

2.2.3. **Id do item no PCA:** 106;

2.2.4. **Classe/Grupo:** 470 - 3.3.90.39.19-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS – PJ.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, considerada em todo o ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 49/2026 [H32449]**, apêndice deste Termo de Referência. A solução consiste em um serviço completo e integrado de gestão, monitoramento e rastreamento veicular, fornecido de forma contínua, contemplando o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, licenças de software (plataforma web), instalação, manutenção corretiva e preventiva, suporte técnico

especializado e transmissão de dados, de modo a formar uma solução coesa e funcional para a gestão da frota do Tribunal.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas diretrizes fixadas no Estudo Técnico Preliminar [H32449]:

4.1.1.1. A contratada deverá apresentar e executar um **plano de logística reversa** para os equipamentos de rastreamento fornecidos em comodato ao final de sua vida útil ou ao término do contrato, assegurando o descarte ou a reciclagem ambientalmente adequados, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), apresentando os respectivos comprovantes de destinação final ao fiscal do contrato.

4.1.1.2. A solução tecnológica ofertada deverá, por sua natureza, contribuir para a **redução da emissão de gases de efeito estufa** pela frota do Contratante, por meio de funcionalidades que permitam a otimização de rotas, o controle rigoroso do consumo de combustível e o monitoramento de comportamentos de condução que impactam a eficiência energética, como excesso de velocidade e tempo de motor ocioso, cujos dados deverão ser disponibilizados em relatórios gerenciais.

4.1.1.3. A contratada deverá comprovar, durante toda a execução contratual, o **cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança no trabalho** de seus colaboradores, em especial dos técnicos responsáveis pela instalação e manutenção dos equipamentos nos veículos do Contratante, apresentando as respectivas certidões de regularidade sempre que solicitado pela fiscalização.

### 4.2. Da exigência de Prova de Conceito

4.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá realizar **Prova de Conceito (PoC)** da solução ofertada, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores, para garantir a transparência do processo.

4.2.2. A Prova de Conceito consistirá na **demonstração prática e funcional** da plataforma de monitoramento e de um dispositivo de rastreamento, a ser realizada em ambiente controlado ou em um veículo disponibilizado pelo Contratante, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a convocação, com o objetivo de verificar a aderência da solução aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos.

4.2.3. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no sistema pelo interessado, antes de findo o prazo, a ser analisada e decidida pela Administração.

4.2.4. No caso de não realização da Prova de Conceito ou atraso sem justificativa aceita, ou havendo a apresentação de uma solução que não atenda aos requisitos mínimos, a **proposta será recusada**, e o licitante será desclassificado do certame.

4.2.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, em conformidade com os requisitos definidos no Estudo Técnico Preliminar [H32449]:

4.2.5.1. **Plataforma Web:** Acesso multiusuário com diferentes níveis de permissão; visualização em tempo real da frota em mapa digitalizado; capacidade de consulta de histórico de posições por, no mínimo, **180 (cento e oitenta) dias**; emissão de relatórios gerenciais customizáveis (rotas, velocidade, paradas, quilometragem, tempo de ignição ligada/desligada); funcionalidade de criação e gestão de cercas eletrônicas; e sistema de alertas automáticos para eventos como excesso de velocidade, entrada/saída de cercas e ignição em horários não permitidos.

4.2.5.2. **Dispositivo de Rastreamento:** Precisão da geolocalização (margem de erro máxima de **10 metros**); tempo de atualização da posição em tempo real (intervalo máximo de **1 minuto**); e comunicação estável e contínua com a plataforma.

4.2.6. Os resultados das avaliações serão devidamente registrados em relatório circunstanciado e divulgados por meio de mensagem no sistema a todos os participantes.

4.2.7. Se a solução apresentada pelo primeiro classificado não for aceita na Prova de Conceito, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação de sua solução e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda integralmente às especificações constantes neste Termo de Referência.

### **4.3. Subcontratação**

4.3.1. É permitida a **subcontratação parcial** do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, exclusivamente para os serviços de **instalação e desinstalação** dos equipamentos de rastreamento nos veículos.

4.3.2. É **vedada a subcontratação completa ou da parcela principal** da obrigação, compreendendo o fornecimento da plataforma de software, o serviço de monitoramento contínuo, a gestão dos dados, a manutenção dos equipamentos e o suporte técnico, por constituírem o núcleo do objeto contratado.

4.3.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a **responsabilidade integral e solidária do Contratado** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.4. A subcontratação depende de **autorização prévia do Contratante**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.6. É **vedada a subcontratação** de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

### **4.4. Garantia da contratação**

4.4.1. Será exigida a **garantia da contratação** de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor anual da contratação**.

4.4.2. Em caso de opção pelo **seguro-garantia**, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.4. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.5. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.7. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de

garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.4.8. Caso seja a **garantia em dinheiro** a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.4.9. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.4.10. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.4.11. Na hipótese de opção pelo **título de capitalização**, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.4.12. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP.

4.4.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.4.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.4.13.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.4.18. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.4.19. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

4.4.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.4.21. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

4.4.22. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.4.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de Execução e Instalação

5.1.1. A Contratada deverá **instalar e ativar** os dispositivos de rastreamento em toda a frota inicial de **71 (setenta e um) veículos**, podendo variar para mais ou menos, conforme relação constante no documento [D41539] e necessidade da administração pública, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato.

5.1.2. A instalação deverá ser realizada nas dependências indicadas pelo Contratante, em Rio Branco-AC, e seguirá um cronograma a ser elaborado em conjunto com o fiscal do contrato, de modo a minimizar o impacto nas atividades do Tribunal e garantir a continuidade dos serviços jurisdicionais e administrativos.

5.1.3. A instalação de dispositivos em veículos novos ou locados que venham a integrar a frota durante a vigência contratual deverá ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a solicitação formal do fiscal do contrato.

5.1.4. A Contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados aos veículos durante os procedimentos de instalação, manutenção ou desinstalação dos equipamentos, devendo repará-los integralmente e às suas expensas.

5.1.5. A Contratada deverá fornecer ao Contratante, após a instalação, um relatório detalhado contendo a identificação de cada veículo (placa, modelo) e o número de série do dispositivo nele instalado, para fins de controle patrimonial e gestão contratual.

### 5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia de funcionamento dos equipamentos e da plataforma de software é **integral e permanente durante toda a vigência do contrato**, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

5.2.2. A garantia abrange a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e do software, assegurando a plena operacionalidade da solução, com um nível de serviço com disponibilidade mínima de **98% (noventa e oito por cento)** para a plataforma web e para a comunicação dos rastreadores, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar [H32449].

5.2.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens ou pela plataforma, compreendendo a substituição de peças ou dispositivos, a realização de ajustes, reparos, atualizações de firmware e correções de software necessárias para o restabelecimento da funcionalidade plena.

5.2.4. Os equipamentos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência contratual deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e com especificações técnicas iguais ou superiores, sem custos para o Contratante.

5.2.5. A Contratada deverá prestar **suporte técnico contínuo**, por telefone e meio eletrônico (e-mail ou sistema de chamados), em horário comercial (das 8h às 18h, horário local), para sanar dúvidas e solucionar problemas relacionados ao uso da plataforma ou ao funcionamento dos equipamentos.

5.2.6. Uma vez notificado sobre falha em um dispositivo, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas úteis** para veículos na capital (Rio Branco) e **72 (setenta e duas) horas úteis** para veículos nas comarcas do interior do Estado.

5.2.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos e ao deslocamento de técnicos para manutenção em qualquer localidade do Estado do Acre será de **responsabilidade integral da Contratada**.

5.2.8. A garantia e a obrigação de manutenção têm prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.6. Fiscalização**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados.

**GESTOR:** ROGÉRIO DOS SANTOS NASCIMENTO

**FISCAL TÉCNICO:** MOÍSES SOUSA FIRMINO

**FISCAL ADMINISTRATIVO:** CLEMILSON LAURENTINO DOS SANTOS

### **6.7. Fiscalização Técnica**

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **6.8. Fiscalização Administrativa**

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

## **6.9. Gestor do Contrato**

6.9.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.9.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.1.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como nos subitens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. **Moratória**, para a infração descrita no subitem 7.1.4, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. **Moratória** de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total anual do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. **Compensatória**, para as infrações descritas nos subitens 7.1.5 a 7.1.8, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 7.1.3, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. **Compensatória**, para a infração descrita no subitem 7.1.2, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita no subitem 7.1.4, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. **Compensatória**, para a infração descrita no subitem 7.1.1, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº

14.133, de 2021.

7.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

7.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 8.1. Recebimento

8.1.1. O objeto será recebido mensalmente, em conformidade com as seguintes etapas:

8.1.1.1. **Recebimento Provisório**, pelo fiscal técnico do contrato, que ocorrerá em até **2 (dois) dias úteis** após o encerramento do mês de prestação dos serviços, mediante verificação da disponibilidade e do funcionamento regular dos serviços de monitoramento para toda a frota ativa, da estabilidade da plataforma e do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.

8.1.1.2. **Recebimento Definitivo**, pelo gestor do contrato, que ocorrerá em até **3 (três) dias úteis** após o recebimento provisório, após a consolidação das informações do fiscal técnico e a verificação da conformidade da documentação de cobrança. O recebimento definitivo será formalizado por meio de termo detalhado ou ateste em nota fiscal, que constitui o ato de aceitação do serviço.

8.1.2. Os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta serão rejeitados, no todo ou em parte, e a Contratada será notificada para sanar as irregularidades, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e das glosas correspondentes.

8.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços e equipamentos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8.2. Liquidação**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas e identificar possível impedimento para contratar com a Administração Pública.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

#### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **8.5. Cessão de Crédito**

8.5.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.5.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.5.3. A celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público.

8.5.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes aplicáveis no regime jurídico de direito público.

8.5.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.5.6. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **8.6. Reajuste**

8.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

8.6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**.

### **9.2. Forma de fornecimento**

9.2.1. O fornecimento do serviço será **continuado**.

### **9.3. Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3.1. O valor máximo aceitável para a contratação corresponderá ao valor unitário estimado pela Administração.

### **9.4. Exigências de habilitação**

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.4.1.1. Habilitação jurídica**

- a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial do Governo Federal;
- c) sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

#### **9.4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

c) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### 9.4.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de, no mínimo, **1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu ou fornece serviço de rastreamento e monitoramento veicular para uma frota de, no mínimo, **35 (trinta e cinco) veículos**, de forma contínua por um período não inferior a **12 (doze) meses**.

b) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 9.4.2. Disposições gerais sobre habilitação

9.4.2.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4.2.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.2.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, será o valor mensal de R\$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais) e anual/global de **R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais)**, conforme mapa de preços.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, por se tratar de licitação para Sistema de Registro de Preços, momento no qual será emitido o respectivo empenho para cobrir as despesas decorrentes das ordens de fornecimento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Data e assinaturas eletrônicas.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA LUENA PRADO MAIA, Subsecretária** em 15/05/2026 às 10:05:05.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5WC3.BJQF.4CQ7.8NKK